

## O APOGEU E O DECLÍNIO DA GEOPOLÍTICA

José William Vesentini\*

*As sociedades antigas ergueram-se mediante a distribuição do território. Fosse na escala tribal ou nacional, a memória era a terra (...) E creio que é isso que agora é contestado pela tecnologia (...). Desterritorialização é a questão do final do século (...) O espaço não está mais na geografia – está na eletrônica. A política está menos no espaço físico que nos sistemas temporais administrados por várias tecnologias, das telecomunicações aos aviões (...). Há um movimento da geopolítica para a cronopolítica: a distribuição do território torna-se a distribuição do tempo.*

(PAUL VIRILIO)

### RESUMO

Este ensaio analisa o apogeu e o declínio da geopolítica. A grande preocupação da geopolítica foi a de definir uma grande potência mundial e ela sempre elegeu o Estado nacional moderno como o único agente político legítimo, pensando nas condições de seu fortalecimento. Seu momento áureo foi o do Estado – nação, notadamente a segunda metade do século XIX e a primeira do sec. XX. Com o final da Guerra Fria, com a globalização e a terceira revolução industrial, a geopolítica entra em declínio, pois o mais importante para o poderio internacional de um país passa a ser a

tecnologia civil de ponta, a velocidade e o controle do tempo (e não mais o controle do espaço). O tamanho do território de um Estado, bem como os recursos naturais e a população disciplinada, já não são mais elementos decisivos para uma grande potência, e com essa mudança alguns pressupostos básicos da geopolítica tornaram-se obsoletos. Também no Brasil houve uma rica tradição geopolítica, que engendrou um projeto de “Brasil, grande potência” e que em boa parte foi implementado desde os anos 30 até início dos anos 80, quando entrou em crise.

### I.

O pensamento geopolítico clássico sempre foi voltado para o estudo dos Estados em seus territórios políticos, com especial ênfase na questão das “grandes potências” – sua definição, sua dinâmica e suas alterações na história e principalmente as formas possíveis de um Estado alcançar esse *status*. Não por acaso os trabalhos que marcam o início (pelo menos oficial) da geopolítica, quando essa

palavra foi inventada, têm justamente como preocupação o estudo do Estado moderno, suas relações com o território e as “grandes potências” de uma dada época histórica<sup>1</sup>. E os grandes nomes da

---

(\*) Professor e pesquisador do Depto. de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo

(1) Tratam-se das obras de KJELÉEN, Rudolf: *As grandes potências*, ensaio publicado numa revista jurídica sueca de 1905,

geopolítica mundial sempre se dedicaram no essencial a essa problemática. Alford J. MacKinder, por exemplo, um dos principais forjadores da tradição geopolítica, preocupou-se com a ascensão e a queda das “grandes potências mundiais”; através das noções de “ilha continente” e *heartland* ou *pivot area*, ele pensou ter descoberto o segredo do poderio militar sobre a superfície terrestre<sup>2</sup>. E praticamente todos os demais clássicos dessa disciplina também foram nessa direção. Podemos mencionar alguns casos bastante ilustrativos. Alfred T. Mahan, nos Estados Unidos, teorizou o poder marítimo, enquanto Karl Haushofer, na Alemanha, preocupou-se com o poderio mundial e particularmente com a viabilidade de seu país enquanto grande potência planetária (o que pressuporia a conquista do *heartland*), e os geopolíticos japoneses do período anterior à Segunda Guerra Mundial voltaram as suas atenções para o poderio no Extremo Oriente e no oceano Pacífico, utilizando como base teórica os escritos de Mackinder e de Haushofer<sup>3</sup>.

Também no Brasil nossa tradição geopolítica direcionou-se, fundamentalmente, na tentativa de construir um projeto de “Brasil, grande potência”, no início com vistas à hegemonia na América do Sul<sup>4</sup> e, mais tarde, com o objetivo de consolidar esse *status* de potência regional e almejar uma futura posição de igualdade entre as grandes potências mundiais<sup>5</sup>. É lógico que inúmeros fatores, tanto internos como externos, deveriam ser avaliados e levados em conta, segundo essa tradição. Desde a conjuntura internacional (por exemplo, o crescente poderio da Alemanha nos anos 30, que fascinou uma boa parte dos nossos geopolíticos militares; e a Guerra Fria com a hegemonia norte-americana no mundo capitalista dos anos 50 e 60, que marcou profundamente as obras dos geopolíticos de então) até as “ameaças internas” e os problemas ou oportunidades com nossos vizinhos (basta lembrar, por exemplo, da constante preocupação em “capturar” o Paraguai para a órbita de influência do Brasil, enfraquecendo o poderio argentino). Mas no essencial a linha mestre da geopolítica, tanto aqui como nos demais países, sempre foi a de fortalecer o seu

Estado nacional, pensando nas perspectivas para fazê-lo tornar-se uma potência regional e/ou mundial e, no caso dele já ter alçado esse patamar, nas perspectivas de sua consolidação, de possíveis desafios a serem enfrentados.

Mas a geopolítica também pode ser vista como um discurso e principalmente uma ação voltada para os chamados “problemas internos”, como atestam inúmeros exemplos. Um deles, bem célebre, foi a “reurbanização estratégica” de Paris levada a cabo pelo Barão de Haussmann, nomeado prefeito da cidade por Napoleão III, o qual chegou ao poder através de um golpe militar e governou a França de 1852 a 1870. Nesse que talvez tenha sido a primeira grande aplicação do raciocínio estratégico sobre o espaço (no caso, urbano) visando instrumentalizá-lo pelo Estado moderno, a finali-

---

e *O Estado como forma de vida*, livro editado na Suécia em 1916. Sobre ele, um geógrafo norte-americano dos anos 40 afirmou que “Kjeléen, um político sueco que se aliou com os alemães, pregou o princípio de um grande Estado pangermânico, que incluiria a Suécia e dominaria a Europa. Ele tirou a Geografia Política da academia e a tornou uma ferramenta da política estatal. Foi ele quem deu o nome a essa disciplina pragmática: *Geopolitik*.” (THORNDIKE JR, Joseph. *Geopolítica*. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, CNG-IBGE, no 6, ano I, 1943, pp.15-26).

(2) Cf. MACKINDER. *Democratic ideas and reality*, tese apresentada em 1904 na *Royal Geographical Society*, resenhada in *Geographical, The monthly magazine of the Royal Geographical Society*, Volume LXII, no 11, novembro de 1900.

(3) Cf. WEIGERT, H. *Geopolítica – generales y geógrafos*. México, Fondo de Cultura económica, 1943; e também JASSON, J.E e PERLINGER, E. *Geopolítica*. Buenos Aires, Biblioteca del Oficial – Círculo Militar, 1948.

(4) A obra clássica (embora não única) que expressa esse projeto é a de TRAVASSOS, Gen. Mário. *Projeção continental do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1938.

(5) Cf. COUTO E SILVA, Gen. Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965; e também MEIRA MATTOS, Gen. Carlos de. *Projeção mundial do Brasil*. São Paulo, Gráfica Leal, 1960.

dade foi a de reorganizar ou reconstruir o espaço com vistas ao exercício do poder, pois a abertura de amplas avenidas buscava facilitar o deslocamento das tropas, dificultar as barricadas (tão comuns nas rebeliões populares de 1848) e viabilizar o tiro da metralhadora, recém-inventada na ocasião<sup>6</sup>. Um outro exemplo significativo foi o redesenho territorial da África do Sul na época do *apartheid*, quando foram criados os Bantustões ou “Estados negros” com governos títeres, destinados a desafogar as pressões internas contra esse regime segregacionista através do confinamento de multidões em áreas consideradas estrangeiras e, portanto, onde as pessoas não teriam os direitos de cidadãos da África do Sul<sup>7</sup>. Podemos lembrar ainda alguns casos de aplicação do raciocínio geopolítico no Brasil, desde a construção de Brasília e a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o interior<sup>8</sup>, até os planos de “proteção militar” das fronteiras na Amazônia através do projeto Calha Norte. Essa “geopolítica interna”, contudo, foi antes de mais nada uma continuação dos projetos de “grande potência” ou de consolidação do poderio de um dado Estado nacional.

Alguns importantes pressupostos comuns de toda a geopolítica, desde a internacional à interna, foram os seguintes: 1) a necessidade de consolidar ou fortalecer o Estado, considerado como o único agente político legítimo, e conseqüentemente eliminar ou enfraquecer todos os agentes ou “ameaças” que poderiam rivalizar com ele; 2) o uso e, se possível, a reorganização do espaço geográfico (tanto o físico – localização, características naturais –, como aquele construído pelos homens – fronteiras, cidades, estradas, vias de comunicações, etc.) como elemento fundamental para as estratégias estatais com vistas a se fortalecer tanto a nível interno como externo; 3) o poder visto como dependente, no essencial, da força militar e suas estratégias a curto, médio e longo prazos. Esse poderio militar, contudo, não existiria isoladamente e sim interligado com a pujança econômica (e notadamente industrial, com ênfase à fabricação de armamentos modernos) e com o tamanho (e o bom uso) do seu território e da po-

pulação que nele vive. É amplamente conhecida a preocupação dos autores clássicos da geopolítica com a localização geográfica das “grandes potências” ou de candidatos virtuais a essa categoria, com o tamanho do território de cada Estado, suas características fisiográficas e suas potencialidades, com o número de habitantes e o seu potencial como soldados ou trabalhadores bem disciplinados, com os reais ou imagináveis perigos à soberania do Estado, seja por adversários externos (outros Estados) ou por ameaças internas (movimentos camponeses, indígenas, operários, etc.).

## II.

Na atualidade, desde os anos 80, existe uma crise da geopolítica. Esse tipo de discurso e de ação parece ter encontrado os seus limites e perdeu o fôlego, pelo menos em grande parte. O momento áureo ou apogeu da geopolítica foi aquele do Estado-nação moderno, em especial a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Suas obras mais profundas ocorreram antes da Primeira Guerra Mundial e no período de entre-guerras, de 1918 a 1939, quando havia uma intensa disputa pela hegemonia mundial e a questão do confronto militar entre as grandes potências (ou candidatos a tal) era um fato inegável e fundamental no cenário internacional. Com o progressivo enfraquecimento do Estado nacional moderno, em especial com a globalização, a terceira revolução industrial e suas inovações tecnológicas, a geopolítica entra em declínio. O pensamento geopolítico se enfraqueceu e talvez até tenha se esgotado com

(6) Cf. LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política*. Barcelona, Península, 1976, pp.151-2.

(7) Cf. FOUCHER, Michel. *Fronts et frontières (un tour du monde géopolitique)*. Paris, Fayard, 1988, pp.124-5.

(8) Cf. VESENTINI, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo, Ática, 1986, col.Ensaaios.

o avanço da democracia e o surgimento de novos atores ou agentes (tanto internos como externos) que disputam e dividem o poder com o Estado – e que convivem com a globalização, pois esta torna o cenário mundial mais complexo e ao mesmo tempo reforça os agentes locais, as organizações não-governamentais e até os indivíduos –, com o advento de novas tecnologias produtivas que diminuem a importância do espaço em si, do território, das forças militares e da própria população em termos quantitativos.

Veja-se, por exemplo, a questão do que é hoje uma “grande potência mundial”, justamente o tema privilegiado do pensamento geopolítico clássico. Segundo esse pensamento, que predominou na imensa maioria dos Estados durante muito tempo, provavelmente até os anos 70, uma grande potência deveria ser um Estado com um enorme território (daí as acirradas disputas por terras, que inúmeras vezes deram origem a guerras; e convém notar que o território significava recursos naturais e área estratégica para manobras, defesa, etc.), uma boa população (de preferência disciplinada, com coesão em termos de ideologia nacional e identificação com o Estado) e principalmente uma ótima capacidade militar, que garantisse a defesa e até eventuais conquistas de territórios ou mercados. No início, no século XIX, capacidade militar significava número e treinamento de soldados, boa estratégia e a disponibilidade de bons canhões, cavalos e navios. E no século XX, pouco a pouco, com o desenvolvimento da tecnologia bélica, essa capacidade passou a significar também modernização dos armamentos (e, conseqüentemente, uma autonomia na sua pesquisa e fabricação) e, após a Segunda Guerra Mundial, indústria aeroespacial e armamentos nucleares. Pois bem: alguns fatos das últimas décadas – os limites da corrida armamentista, a consciência ecológica e a revolução técnico-científica – vieram alterar essa situação.

A corrida armamentista pós-1945, principalmente entre Estados Unidos e ex-União Soviética (mas também com a participação de inúmeros ou-

tros Estados, muitos até do mundo subdesenvolvido), chegou a um beco sem saída na medida em que mostrou que o excesso de produtos bélicos pode ser prejudicial tanto à economia do país como até ao meio ambiente planetário. As duas superpotências do ordem bipolar da época da Guerra Fria representaram o exemplo mais cabal de que os excessivos gastos militares são improdutivos, pois representam enormes somas de recursos desperdiçados e que chegam mesmo a atrapalhar o desenvolvimento da economia civil. Além disso, esses gastos no seu extremo são inúteis, já que nenhum governo em sã consciência poderá de fato utilizar poderosas bombas atômicas ou de hidrogênio, que ocasionam um tal estrago na biosfera que prejudicariam mesmo quem as usou, por mais que se encontre distante do local da explosão. Basta lembrar que os Estados Unidos perderam a Guerra do Vietnã, em 1974, mas não puderam utilizar armamentos nucleares, e a ex-URSS também foi obrigada a se retirar derrotada do Afeganistão, em 1989, sem a coragem (ou a loucura) de fazer uso das bombas atômicas. O desenvolvimento da consciência ambiental e planetária, que se intensificou justamente na década de 1970, fez com que até as autoridades governamentais, em especial as dos países ricos, percebessem que todos os ecossistemas do planeta estão encadeados e radicais mudanças ou estragos numa parte da biosfera sempre irá repercutir em todo o conjunto<sup>9</sup>.

E a recente terceira revolução industrial, ou revolução técnico-científica, veio por sua vez diminuir radicalmente a importância dos recursos naturais (minérios, fontes de energia, solos agriculturáveis, espaço físico enfim) ao utilizar a biotecnologia para produzir mais alimentos com bem menos espaço, inclusive em locais antes considerados impróprios para a criação ou cultivo, ao economizar fon-

(9) A respeito da crise ambiental e do avanço da consciência ecológica, notadamente com a 1a Conferência da ONU sobre o meio ambiente (Estocolmo, 1972), consulte-se VESENTINI, J.W. *Geografia, natureza e sociedade*. São Paulo, Contexto, 1989.

tes de energia e matérias primas e ainda substituir certos materiais mais escassos por outros mais abundantes ou reciclados. Ela também mostrou – com os avanços na informática e na robótica, com a mecanização das tarefas e a substituição da força de trabalho desqualificada por máquinas e, em parte, por funcionários qualificados – a pouca importância da mão-de-obra barata (logo, de uma população numerosa mas sem boa escolaridade nem um razoável poder aquisitivo). Com isso, pelo menos desde os anos 80 tornou-se evidente uma mudança de enfoque: uma grande potência mundial é um país que possui tecnologia moderna (isto é, que domina as etapas da pesquisa e da fabricação nos setores de ponta), base do avanço da industrialização na terceira revolução industrial, o que pressupõe uma força de trabalho qualificada, com elevado nível de escolaridade e de poder aquisitivo. Foi sem dúvida o Japão quem melhor simbolizou essa mudança de entendimento. De país arrasado pela guerra de 1939-45, considerado até como subdesenvolvido nos anos 50, ele deixou de lado o militarismo e a expansão territorial (fortes características que possuía nas décadas anteriores à guerra) e enfatizou a educação pública de boa qualidade, a pesquisa tecnológica e o esforço de industrialização com crescente controle de qualidade dos produtos, chegando nos anos 80 como uma grande potência mundial em ascensão e, segundo alguns, como a provável economia mais poderosa do século XXI. Como contraponto, do lado dos Estados que implementaram nas últimas décadas estratégias geopolíticas clássicas e superadas, podemos lembrar da Índia e do Paquistão, que hoje têm bombas atômicas mas não podem ser considerados como grandes potências e sequer como sérios candidatos a tal. Ou seja, uma grande potência mundial nos dias atuais não precisa de fato possuir armamentos nucleares, mas, fundamentalmente, uma tecnologia civil de ponta. E por mais que um relativo poderio militar convencional (logicamente que modernizado, mas não nuclear) continue a ser importante para uma grande potência regional ou mundial, já que ela sempre terá interesses a preservar ou defender

e a agressão militar continua a pesar no cenário internacional<sup>10</sup>, o importante passa a ser a acirrada competição econômica, pois, nos dizeres de um importante assessor do governo norte-americano nos anos 90, “passamos de uma disputa militar e ideológica, típica do século XX, para uma competição/cooperação de natureza econômica, que começa a marcar o século XXI”<sup>11</sup>.

É provavelmente por esse motivo que não existem mais, desde no mínimo os anos 80, grandes nomes ou obras da geopolítica, nem no Brasil e muito menos a nível mundial. Os últimos importantes pensadores da geopolítica internacional foram os estrategistas norte-americanos e soviéticos do período da Guerra Fria – podemos mencionar, sem a pretensão de esgotar os nomes, Huntington e Kissinger, nos Estados Unidos, e o marechal Popov, Andropov e Gorbatchev, na ex-URSS. Mas no fundo a maioria deles já representou uma espécie de transição, de enfraquecimento do raciocínio militar e espacial e um progressivo aumento das idéias sociológicas e econômicas; eles só podem ser vistos como continuadores renovados dessa tradição devido à ênfase no poderio de seus Estados e à competição ideológica-militar entre as duas superpotências. E não foi por ausência de esforços ou de interessados (cujo número, paradoxalmente, até cresceu nos últimos anos) que surgiu essa carência de novas obras geopolíticas importantes, e sim por um envelhecimento dos pressupostos básicos desse discurso e forma de ação, que se tornaram obsoletos no mundo pós-Guerra Fria e na época da terceira revolução industrial. É lógico que não há falta de boas idéias e de ótimos estrategistas (no sentido lato do termo), de diversas partes do mundo, que tematizam sobre o mundo atual e sobre as disputas/cooperações econômicas, ecológicas, cultu-

---

(10) Cf. TOFFLER, Alvin. *Guerra e anti-guerra*. Rio de Janeiro, Record, 1994.

(11) THURLOW, Lesler. *Cabeça a cabeça. A batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993, pp.14-5.

rais, tecnológicas e até militares. Só que eles não são mais geopolíticos, pelo menos não na concepção clássica. Eles são homens de negócios, economistas, historiadores, geógrafos, sociólogos, líderes religiosos, ativistas políticos (inclusive de organizações não-governamentais) e outros, com uma sensível ausência de pensadores geopolíticos no sentido estrito do termo, ou seja, de inspiração militar clássica e que raciocinam em termos de território e poderio bélico. O grande problema é que o controle fixo do espaço tornou-se pouco importante e o fundamental agora é o uso racional do tempo, da velocidade, da tecnologia que encurta distâncias pelos meios de comunicações instantâneos e pelos meios de transportes rápidos. Daí a relativização hoje das tradicionais áreas ou pontos geoestratégicos, da expansão territorial e da própria localização espacial. Daí a maior ênfase na tecnologia civil, nas telecomunicações e na informática, na biotecnologia, na política educacional e industrial de um Estado. Sem dúvida que alguém poderia argumentar (e alguns até já o fizeram!) que tudo isso também é geopolítica, mas com essa atitude não chegaríamos a lugar nenhum, do ponto de vista de rigor científico, e tão somente cairíamos numa retórica vazia. Se tudo é geopolítica, então ela não é nada. Como ensina a boa filosofia do conhecimento, uma categoria ou um conceito, assim como uma forma de saber ou uma prática específica, devem sempre ser contextualizados, entendidos como um processo e uma relação datados, que têm um começo e um fim (mesmo que potencial, no caso de ainda existir). E, convenhamos, ver num estrategista japonês dos anos 70 ou 80, que afinal de contas apontou novos caminhos para os demais Estados e economias, um geopolítico continuador dessa tradição legada por Kjellén, MacKinder ou Haushofer, é praticamente o mesmo que ver num lagarto atual um continuador dos dinossauros. É não conseguir enxergar uma radical mudança de perspectiva, de pressupostos, de idéias e formas de ação.

Também o rico pensamento geopolítico brasileiro, que vai do general Góes Monteiro (anos 20 e 30) até Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos

(anos 60 a 80), passando por Everardo Backheuser (anos 30 a 50), general Mário Travassos (idem), brigadeiro Lysias Rodrigues (anos 40 e 50) e outros<sup>12</sup>, parece já ter se esgotado. Esse pensamento engendrou um projeto político-territorial para o Brasil, a ser implementado pelo Estado e em particular por um governo federal forte e centralizador, e esse projeto em grande medida foi efetivamente colocado em prática nos governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e no regime militar pós-1964, que assumiram várias ações derivadas desse ideário geopolítico: a criação de territórios federais em áreas de fronteiras, a marcha para Oeste, a criação do CNG e do IBGE, a construção de Brasília e de inúmeras estradas destinadas a ocupar o Brasil Central e a Amazônia, as bases para o desenvolvimento de uma indústria bélica, o projeto nuclear paralelo e as tentativas para a fabricação da bomba atômica, o projeto Calha Norte, etc. Aliás, esse pensamento geopolítico entrou em crise exatamente pelo esgotamento ou pela descoberta da falácia de seu projeto, que em grande parte foi operacionalizado desde os anos 30 mas não fez do Brasil uma grande potência mundial. O Brasil ingressou nos anos 80 como um país endividado e com um modelo de desenvolvimento falido, com a que talvez seja a pior distribuição social da renda do mundo, com uma grave crise econômica, política e social que deixaram claro aos geopolíticos que ainda rondavam ou assessoravam o poder (no final do regime militar) que as suas propostas não tinham dado o resultado almejado. Daí eles terem se retirado de cena, com uma crise de idéias e de novas propostas.

O último grande pensador geopolítico brasileiro provavelmente foi o general Golbery do Couto e Silva, que exerceu notória influência sobre a es-

(12) Consulte-se o levantamento histórico-descritivo de MIYAMOTO, Shiguenoli. *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-80)*. São Paulo, FFLCH-USP, Depto. de Ciências Sociais, Dissertação de Mestrado, 1981; e com uma análise e contextualização dessa tradição, em especial no tocante às suas propostas sobre a mudança da capital federal, cf. VESENTINI, J.W. *A Capital da Geopolítica*, op.cit.

tratégia política e territorial dos governos Castelo Branco (1964-7), Geisel (1974-9) e Figueiredo (1979-85). Mas a partir dos anos 80, pouco a pouco as estratégias geopolíticas *stricto sensu* – isto é, fundamentadas na tradição clássica e no raciocínio político-militar-espacial – vão cedendo lugar às idéias ou projetos econômico-políticos, que se inspiram em outras escolas de pensamento (o liberalismo ou o neoliberalismo, o fordismo ou o toyotismo, a socialdemocracia, etc.). Alguns ainda tentam ver em novos autores, notadamente no coronel Cavagnari e no almirante Flores<sup>13</sup> (o primeiro abandonou o exército e foi para a academia, onde montou um instituto de estudos estratégicos, e o segundo permaneceu na ativa e foi chefe da secretaria de assuntos estratégicos do governo Itamar Franco), uma continuação renovada da geopolítica brasileira. Mas sem dúvida que houve uma sensível perda de fôlego e um esgotamento dessa tradição, pois esses autores, assim como inúmeros outros que estudam temas afins, já não formam uma escola, não têm mais um projeto coerente para o Brasil e nem grandes influências na política governamental. Ademais, eles se ocupam fundamentalmente com a estratégia militar ou questões das forças armadas no sentido restrito (o papel dos militares na sociedade ou no mundo de hoje, a co-responsabilidade dos civis e das forças armadas na defesa nacional, o tipo de preparo para os militares, etc.) e não mais, a não ser muito parcialmente, com as questões clássicas da geopolítica. E quando eles abordam essas questões clássicas – como o significado de grande potência, ou de potência média, a viabilidade do Brasil no poderio mundial, etc. –, torna-se visível um certo desconforto, uma certa perplexidade e uma carência de novos conceitos ou idéias adequados à realidade atual. A questão da estratégia política para se chegar a uma média ou grande potência, na nova ordem mundial, parece ter se deslocado do pensamento geopolítico para as idéias econômicas, culturais e tecnológicas e, com isso, os autores formados numa tradição militar pouco têm a contribuir.

O avanço da democracia, mesmo que relativo ou parcial, também ajuda nessa desvalorização

da geopolítica. Apesar de tudo (isto é: dos aumentos das desigualdades internacionais e até internas no caso do Brasil, dos reiterados conflitos étnico-nacionais e religiosos, da expansão do racismo em algumas áreas, etc.), existe sem dúvida uma crescente presença ativa de novos atores tanto no cenário mundial (instituições diversas – empresas, associações, grupos religiosos ou culturais, organizações internacionais, etc. – que rivalizam com os Estados-nações, que estão perdendo parte de suas soberanias) como também no cenário interno da maioria dos países (os sem-terra no campo e nas cidades, as organizações ambientais e feministas, a internacionalização de muitos sindicatos, a possibilidade dos próprios indivíduos se comunicarem com o exterior, via fax ou computador, sem o tradicional controle estatal, etc.). Com isso os Estados passam a compartilhar com outros agentes o poder que outrora monopolizavam. Com a crescente importância da ONU e de outras instituições internacionais (o que talvez até leve à criação, no século XXI, de uma espécie de assembléia mundial para a resolução dos problemas planetários), os Estados têm que dialogar cada vez mais e já não podem desenvolver livremente suas estratégias de conquistas e expansões tão bem expressas pela geopolítica clássica. E o mesmo se dá no plano interno: cada vez mais torna-se difícil para um Estado elaborar estratégias geopolíticas para reurbanizar a seu bel prazer (sem sérias consultas à população ou às organizações interessadas) uma cidade ou criar estradas ou territórios com a finalidade de controle social ou de poderio estatal. A geopolítica, em resumo, é um discurso e uma forma de ação que tem um sujeito bem definido, o Estado nacional moderno, o Estado pós-napoleônico e militarizado, que se considera o único agente legítimo da vida política (tanto nacional como mundial) e que tinha como grande objetivo a expansão e a dominação (tanto

(13) CAVAGNARI, Geraldo. *Brasil: introdução ao estudo de uma potência média*. In: Eliéser, R. (org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas, Papirus, 1987; e FLORES, Mário C. *Bases para uma política militar*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

interna como externa), tidos como sinônimos de maior progresso ou civilização. Esse tipo de Estado realmente dominou o cenário mundial até há poucas décadas, e quanto mais relativizado ou enfraquecido ele se torna, menor é o papel que resta para a geopolítica no sentido clássico.

### III.

O momento de declínio da geopolítica, no entanto, coincide com a sua crescente popularização. Tanto no meio acadêmico como na mídia em geral multiplicaram-se desde o final dos anos 70 as menções sobre a geopolítica, o que talvez ilustre muito bem aquele aforismo de Hegel segundo o qual *a coruja de Minerva* (isto é, a sabedoria) *só levanta vôo ao anoitecer* (ou seja, quando uma realidade ou um processo já estão em vias de se completar). Existe nessa atitude muito de positivo, com a produção de bons trabalhos de levantamento histórico ou análises críticas de ações/idéias geopolíticas, mas também há um certo modismo vazio, com o uso e abuso da palavra geopolítica para designar realidades que pouco têm a ver com ela, como se de repente tudo tivesse virado discurso ou prática geopolíticos.

Talvez tenha sido justamente a geografia (ou melhor, algumas correntes e autores específicos) quem mais contribuiu para essa popularização da geopolítica. O principal marco dessa atitude na ciência geográfica foi o famoso livro-panfleto de Lacoste<sup>14</sup>, editado em 1976 na França com enorme repercussão na mídia (o importante jornal *Le Monde*, por exemplo, publicou páginas inteiras com o autor e suas idéias) e quase imediata tradução para dezenas de idiomas pelo mundo afora. Por ironia, nessa obra Lacoste não estava interessado de fato em compreender a geopolítica e sim em revalorizar a geografia: ele conheceu uma saudável angústia com os questionamentos que sofreu dos estudantes parisienses no maio de 1968, que lhe perguntaram para que servia afinal essa velha geografia, e

foi igualmente muito influenciado pelos desdobramentos da guerra do Vietnã, na qual enxergou, com alguma razão, uma série de raciocínios geopolíticos. A partir daí ele gestou esse trabalho, que marcou sua ruptura com a escola georgeana da geografia francesa (que exorcizava a geopolítica, tida como pseudociência por Pierre George e sem nada a oferecer à geografia) e no qual ele identifica de forma radical esses dois saberes: toda “verdadeira” geografia seria afinal de contas uma geopolítica, um raciocínio estratégico sobre o espaço com vistas à guerra no sentido lato do termo. Há um certo simplismo nesse trabalho, uma ausência de pesquisa rigorosa sobre a geopolítica real (pois Lacoste pensou uma espécie de geopolítica ideal, uma pretensa ciência que existiria desde a Grécia antiga e que seria constantemente utilizada pelos Estados maiores), mas com ele o autor conseguiu o que almejava, uma ampla discussão sobre a necessidade de reformar a geografia e levar mais em conta o político no entendimento da produção do espaço. Só que essa via aberta por Lacoste produziu também um modismo inconsistente e, mesmo tendo dado origem a algumas pesquisas interessantes<sup>15</sup>, na realidade em grande parte se limitou a reproduzir de forma cansativa algumas idéias ou procedimentos básicos (tais como sempre taxar de estratégia geopolítica qualquer exemplo de reorganização espacial, nunca contextualizar uma realidade de forma mais precisa nem estabelecer as determinações de um conceito, etc.), que acabaram por atingir um ponto de esgotamento e desembocaram numa fabricação de análises repetitivas e sem criatividade.

Também no Brasil essa atitude teve um campo fértil para se expandir. Depois da decepção com a “febre quantitativa” dos anos 70, quando no apo-

(14) LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus, 1988.

(15) Veja-se a revista *Hérodote*, dirigida por Lacoste e editada trimestralmente na França desde 1976, com artigos desiguais, alguns muito interessantes, que abordam temas que vão dos Bantustões na África do Sul até a reunificação alemã.

geu da ditadura militar e do tecnicismo<sup>16</sup> muitos renegaram a geografia em prol de uma “ciência espacial” pragmática e pretensamente neutra e exata, a proposta de identificar-se com a geopolítica (que teoricamente teria mais *status* ou “apelo promocional”) foi muito bem vista por alguns setores. A partir dos anos 80 multiplicaram-se as obras com a palavra geopolítica em seus títulos, sendo que na imensa maioria delas essa noção estava deslocada ou fora de lugar. Muitos trabalhos usuais e mesmo tradicionais na geografia, como por exemplo análises (às vezes até profficuas) sobre a rede urbana numa dada região ou sobre fluxos migratórios do campo para a cidade ou de uma região para outra, acabaram sendo vendidos como “geopolítica do território”, “geopolítica da Amazônia” e outros títulos parecidos. Algumas escolas preparatórias para o vestibular (os famosos *cursinhos*, que tanto se preocupam com os modismos na perspectiva de atrair uma clientela que pode pagar altas mensalidades) passaram a abolir a palavra geografia de suas apostilas e começaram a falar em “aulas de geopolítica”!, como se de repente eles tivessem virado uma escola de oficiais do exército ou de preparação para assessores governamentais. Esse modismo chegou a ser reproduzido em algumas “propostas curriculares para o ensino da geografia”, notadamente no governo paulista da época Fleury (início dos anos 90), que redefiniram os conteúdos sugeridos para o 2º grau, sobre o estudo da realidade mundial ou nacional, com os rótulos de “geopolítica” disso ou daquilo, sendo que essa palavra passou a significar quase que tudo, passou a substituir as clássicas e científicas categorias de geografia política, geografia urbana ou agrária, geografia das indústrias e outras, que se tornaram desvalorizadas.

Após a festa vem a ressaca, principalmente quando a euforia era artificial e a bebida de procedência suspeita. Assim como aconteceu com a “geografia quantitativa” dos anos 70, que se esvaziou pelo seu próprio exagero, também a inflação da geopolítica parece estar começando a ser questio-

nada. É lógico que sempre se salva alguma coisa no meio de alguma demolição; da mesma forma que o ocaso da “geografia quantitativa” não implicou no final do uso de técnicas quantitativas na geografia (pelo contrário, hoje se usa muito mais, e melhor, análises matemáticas e/ou estatísticas, computadores, gráficos, etc., que nos anos 70, ocasião em que muitas vezes o formalismo vazio tentava encobrir a ausência de reflexão), também o questionamento da geopolítica não deve eliminar os raciocínios políticos e estratégicos na análise geográfica. (E, a bem da verdade, esses procedimentos já são clássicos na geografia e em especial na geografia política, assim como o uso de técnicas quantitativas já existia bem antes da geografia pragmática dos anos 70). Sem dúvida que foram realizados – e provavelmente outros ainda serão, nos anos vindouros – alguns ótimos trabalhos de análise ou crítica de pressupostos ou ações geopolíticos, de levantamento histórico das idéias e escolas geopolíticas, etc., e isso tanto na geografia como na história, sociologia e ciência política. E a tradição (ou possível renovação, se ocorrer, o que é improvável) geopolítica é um elemento a ser estudado pela geografia, pois teve (e talvez ainda tenha, embora bem menos e em áreas localizadas) um certo peso na produção do espaço nos séculos XIX e XX. Mas a geopolítica não é e nunca foi uma modalidade da geografia (nem da ciência política) e sim uma forma de prática e de teoria que procura instrumenta-

---

(16) Esse tecnicismo, convém notar, não foi criado pela ditadura militar e, pelo contrário, foi uma característica marcante da segunda revolução industrial, em especial do fordismo (nascido nos Estados Unidos, onde sempre conheceu seu melhor desenvolvimento), que nessa década atingia o seu momento áureo. O Brasil dos anos 70, na realidade, assumiu parcialmente o fordismo, valorizando alguns de seus traços (o tecnicismo e a tecnocracia, o gigantismo e a concentração, a linha de montagem e a produção estandardizada) e ignorando ou renegando outros traços importantíssimos nos países centrais (notadamente o consumo de massas, que pressupõe um bom poder aquisitivo para a maioria da população).

lizar o espaço com vistas ao exercício do poder estatal. Não devemos esquecer que, se de fato existiram inúmeros geógrafos que produziram obras geopolíticas, por outro lado também houve inúmeros historiadores, sociólogos, cientistas políticos e, em sua imensa maioria, os principais pensadores geopolíticos foram ou militares (em primeiríssimo lugar) ou então juristas. E também não devemos esquecer que a geografia, em especial a geografia política – e também, com menos intensidade, a ciência política –, tem uma rica tradição de diálogo crítico e até algumas acirradas polêmicas com a geopolítica, tanto a nível mundial como no Brasil. É certo que em determinadas ocasiões, notadamente na Alemanha dos anos 30 e depois com a referida “febre” iniciada no final dos anos 70, a geografia

flertou com a geopolítica e alguns até procuraram se identificar completamente com ela. Mas foram apenas momentos ou conjunturas específicos, que ao mesmo tempo fustigaram a geografia (vide a famosa “crise” do final dos anos 60 ao início dos anos 80, que hoje parece ter sido superada com a nova revalorização da geografia e do seu ensino na época da globalização e da terceira revolução industrial) e enalteceram a geopolítica (vide as volumosas verbas para os institutos de geopolítica na Alemanha nazista e também o modismo com os raciocínios militares-estratégicos no mundo dos anos 70 e 80 com o apogeu da Guerra Fria, com o exterminismo, com a corrida armamentista, etc., que felizmente já está ficando para trás).

### ABSTRACT

This essay analyses the apogee and the decline of geopolitics. The geopolitics major concern was to define a world's great power and the modern National State has always been chosen as a unique legitimate political agent, thinking on the conditions of its strengthening. The geopolitics golden age was the same of the Nation – State, particularly the last half of 19th century and the first half of 20th century. After the Cold War end, with the globalization and the third industrial revolution, the geopolitics began to decline as other elements are now more important for the

international power of a country: no more the space control, but the civil high technology, speed and time control. The size of the territory, natural resources and a disciplined population are not a decisive factor for a great power any longer, and made some geopolitics basic understatements become obsolete. Also in Brasil there was a rich geopolitics tradition, which created the “Brasil, great power” project, in great part introduced into Brazilian political life from the 30's until the early 80's, when it came to a crisis.